



# MODERNIZAÇÃO DO CAMPO: implantação do perímetro irrigado do vale do rio Brumado em Livramento de Nossa Senhora (BA) e as transformações nas relações de trabalho

---

**José Aparecido Lima Dourado**  
*Universidade Federal de Goiás*

**Helena Angélica de Mesquita**  
*Universidade Federal de Goiás*

## RESUMO

Este artigo trata das transformações ocorridas nas relações de trabalho no campo de Livramento de Nossa Senhora (BA) a partir da implantação do Perímetro Irrigado do Rio Brumado na década de 1980. Após os anos 1950, o Governo atrelado ao capital internacional, passou a direcionar investimentos para modernizar o território, como a construção de barragens, estradas e polos industriais, de modo a promover uma certa integração territorial entre as regiões brasileiras. A implantação de Perímetros Irrigados no Nordeste brasileiro foi uma destas ações, cujos desdobramentos seriam a inserção do semi-árido à economia mundial por meio da expansão e consolidação do agronegócio, fundamentado na produção de frutas tropicais para atender aos mercados nacional e internacional e a subordinação da produção agrícola aos ditames da agricultura capitalista. Nesse contexto, Livramento de Nossa Senhora vivenciaria profundas mudanças tanto no que se refere à produção agrícola quanto às relações de trabalho, com uma tendência acentuada ao agronegócio da manga e ao assalariamento no campo.

**Palavras-Chave:** Relações de trabalho. Perímetro Irrigado. Modernização do território. Semi-Árido. Agronegócio

## INTRODUÇÃO

Após a década de 1970, o Brasil passou por intensas e profundas transformações tanto no campo quanto na cidade, como desdobramento das ações desenvolvidas pelo capital, sob a chancela do Estado, a fim de “modernizar o território”. Essa ideia, já prevalecente no governo de Juscelino Kubitschek, nos anos de 1950, adquiriu contornos acentuados devido ao processo de reestruturação produtiva do capital (que tomaria forma no Brasil a partir dos anos 1970/80), com efeitos diretos e nefastos para a classe trabalhadora. Desde então, a classe trabalhadora vivenciaria uma situação ascendente de precarização, terceirização e

subemprego, enquanto resultado do constante movimento de desrealização em virtude da mobilidade do trabalho.

Os consequentes resultados da abertura do país ao capital internacional, como projeto governamental, atuaram diretamente sobre a produção agrícola, desencadeando processos de territorialização-desterritorialização-reterritorialização (THOMAZ JÚNIOR, 2008; HAESBAERT, 1997; 2007) da classe trabalhadora do campo, como medida para expurgar os indícios de atraso que poderiam emperrar o crescimento econômico do Brasil. Nesse contexto, ocorreria a expansão das fronteiras agrícolas do país, sendo incorporadas áreas de Cerrado e Caatinga à agricultura empresarial sob o jugo das empresas transnacionais, de maneira a acentuar e fortalecer os conflitos sociais no campo. Ao reconhecer que o capital se apropria do território e o produz a partir das tramas de relações criadas para favorecer a sua expansão/consolidação, propomo-nos com este artigo, desenvolver algumas reflexões acerca das transformações ocorridas nas relações de trabalho no campo, a partir da década de 1980, quando há a implantação do projeto de irrigação do Vale do Rio Brumado, em Livramento de Nossa Senhora (BA), tendo este atuado como o elemento desencadeador da modernização do território.

Livramento de Nossa Senhora possui uma área de 2.267km<sup>2</sup> e de acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2007) conta com uma população de 42.146 habitantes, sendo que 23.610 residem no campo e 18.536 residem na cidade. Localizado a 720 km da capital do estado, a cidade de Salvador, este município encontra-se totalmente inserido no Polígono das Secas, com predominância da vegetação de caatinga, fazendo parte da região econômica da Serra Geral (SEI, 2005) e à mesorregião Centro Sul Baiano. Até a década de 1980, o município se constituía em um importante pólo risícola da Bahia, sendo auto-suficiente na produção de arroz e feijão.

A agricultura irrigada em Livramento de Nossa Senhora, praticada em moldes tradicionais com a irrigação por inundação, era desenvolvida em todo o vale do Rio Brumado, no vale do Riacho do Paulo e nas áreas próximas às diversas lagoas existentes no interior no município como a Lagoa da Várzea, localizada no Povoado da Várzea, Lagoa das Veadas, localizada próximo ao Povoado da Onça e Lagoa Nova, localizada no Povoado de Lagoa Nova. Além das lavouras irrigadas (milho, feijão, cana-de-açúcar, arroz e hortaliças) havia a agricultura de sequeiro voltada para a produção de algodão, mandioca e feijão e a criação de gado (bovino, caprino e ovino), voltada para a produção de leite e carne e, especificamente, em relação ao gado bovino, este era utilizado também como tração animal na agricultura.

Após a implantação do projeto de irrigação seriam criadas as condições favoráveis à territorialização do agronegócio em Livramento de Nossa Senhora. Desde então, o campo passaria a estar, cada vez mais subordinado aos desígnios urbanos, de modo que esta relação tornar-se-ia desigual em consequência da supremacia que

o urbano assumiria nos atuais moldes de organização socioespacial. Cabe, pois, aqui, um esforço em identificar os traços característicos dessa mudança, ao passo que as interfaces do processo de inserção de Livramento de Nossa Senhora nas redes criadas e fortalecidas pelo grande capital em função do agronegócio da manga sejam analisadas mediante a dual existência do novo/tradicional como componentes de um mesmo espaço, sendo o novo aqui entendido como o resultado dos reordenamentos do capital em sua constante busca pela reprodução. O tradicional seria as formas de organização socioespacial e o modo de vida que, embora já existissem e que atualmente não tenham

função de destaque perante às novas investidas do capital, ainda assim, têm sua importância, de modo que em determinados momentos estes são revisitados quando podem, de alguma maneira, representar facilidades para a sua expansão.

O instrumental teórico utilizado para sustentar as discussões propostas neste artigo busca aporte na Geografia do Trabalho, com destaque para as ideias esboçadas por Thomaz Júnior (2002, 2005, 2006, 2008a, 2008b) e Mendonça (2004), cuja fundamentação é eminentemente marxista. No que se refere às proposições sobre as transformações ocorridas no campo brasileiro, temos como referenciais as reflexões suscitadas por Oliveira (1995) e Mesquita (1993). Na intenção de fazer os arremates entre a teoria utilizada e as particularidades da realidade pesquisada, priorizamos as contribuições de Andrade (2005) e Carvalho (1988), por se tratar de autores que dão relevo, em suas pesquisas, às questões relacionadas às transformações socioespaciais ocorridas no semi-árido nordestino, ao longo do século XX, inclusive aquelas presenciadas a partir dos anos de 1970, quando “territórios modernizados” são criados pelo Estado, como um prenúncio da necessidade deste criar enclaves no espaço, dotados de uma dinâmica e racionalidade voltadas para satisfazer ao grande capital, de quem o agronegócio é um representante fiel.

A construção deste artigo trilhou as seguintes etapas metodológicas: pesquisa documental, levantamento de dados e trabalho de campo. A pesquisa documental deu-se a partir da análise dos documentos referentes aos processos indenizatórios das terras que compreenderiam a área a ser implantado o projeto de irrigação. Para tanto recorremos aos Fórum Municipal de Livramento de Nossa Senhora, onde tivemos acesso às escrituras de doação das terras por seus antigos proprietários ao Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS). No tocante ao levantamento de dados relacionados à produção agrícola municipal, recorremos aos dados disponibilizados pelos órgãos estatais, como o IBGE (2010), e à Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI, 2010). A apreensão da realidade somente foi possível mediante as várias etapas de trabalho de campo realizado ao longo dos dois últimos anos, momentos utilizados para visitar as lavouras cultivadas no Perímetro Irrigado do Rio Brumado, os galpões e packing houses, tornando possível realizar entrevistas com os produtores e trabalhadores da produção de manga e fazer o registro fotográfico da realidade pesquisada.

De maneira entrelaçada, buscaremos no decorrer deste artigo discutir duas questões centrais. Primeiro, refletiremos sobre o processo de modernização do território desencadeado pelo Estado e em consonância com o capital na Região Nordeste, cujas medidas adotadas serviram, muitas vezes para intensificar as desigualdades e conflitos sociais, indo além, ao promover as condições favoráveis para o domínio do capital estrangeiro em todas as esferas da sociedade brasileira. Prosseguindo com as análises, focaremos nas mudanças ocorridas na produção agrícola de Livramento de Nossa Senhora, desde a década de 1980, momento em que este município é inserido no processo de modernização da agricultura, fenômeno pelo qual já vinha passando outras regiões brasileiras, desde os anos de 1970. Pro fim, atentaremos para as transformações ocorridas nas relações de trabalho no campo, quando há a inserção do agronegócio da manga no início dos anos 1990. Sem desconsiderar as mudanças ocorridas no modo de vida e vivências dos camponeses, serão realçadas as diferentes estratégias de (RE)existência<sup>1</sup> do campesinato que diante do avanço modernizante e expropriador impresso pelo capital flexível, se cria e recria no interior da sociedade capitalista.

Sendo assim, procuraremos analisar os avanços e recuos em relação à agricultura de Livramento de Nossa Senhora, em virtude da territorialização do agronegócio da manga e seus desdobramentos no que se refere às relações de trabalho, e a partir de então, compreender como o campesinato tem reafirmado a sua capacidade de recriação, mesmo que em situações muitas vezes adversas. Considerando a diversidade social dos trabalhadores da mangicultura, concordamos com Martins (2002) e Tomiasi (2008) quando estes destacam a diferenciação existente entre o trabalhador operário e o trabalhador camponês. Aí começam os desafios pois, analisar o trabalhador da produção de manga do Perímetro Irrigado do Rio Brumado, significa que, ora temos um camponês em processo temporário de proletarianização devido aos problemas relacionados à questão agrária, e que são apresentados em determinados momentos, como resultado

dos longos períodos de estiagem, enquanto que em outras situações, temos a presença do trabalhadores urbanos que buscam nas safras “ajuntar um dieirim” para passar o período de desemprego durante a entressafra. Trata-se, pois, de um universo complexo e de sujeitos imbricados, não havendo a possibilidades de enquadrá-los em um modelo homogeneizante. Ao mesmo tempo em que estes estão em uma provável situação de semelhança, pululam saberes, vivências e dificuldades que os tornam diferentes. A heterogeneidade entre os trabalhadores da manga vai além, já que entre os próprios camponeses não há um único tipo de sujeito com características bem definidas, pois, entre eles, existem aqueles que

---

<sup>1</sup> Termo emprestado de Mendonça (2004) 4 Oliveira (1995, p. 69) expõe que o trabalho acessório constitui-se em um dos “elementos estruturais da produção camponesa em períodos temporários, como fonte de renda suplementar”.

trabalham na manga (trabalho acessório)<sup>4</sup> apenas durante os meses de estiagem, pois durante os meses chuvosos estão ocupados em suas propriedades, cultivando lavouras de sequeiro, como o feijão, o algodão, a mamona, a mandioca enquanto que outros, predominantemente pequenos proprietários de terras no Perímetro Irrigado, intercalam dias de trabalho na produção de manga como diarista

enquanto que em outros dias trabalham em seus próprios lotes nas lavouras de mandioca, milho, coentro, banana, etc.

### **Os projetos de irrigação no Nordeste brasileiro e a modernização do território**

O Nordeste brasileiro, assim como o país como um todo, presenciaria na segunda metade do século XX, a implantação de diversos projetos de fomento ao desenvolvimento regional, como a construção de barragens e a criação de Perímetros Irrigados, dentre outros, aos quais seriam creditados a responsabilidade por alavancar a geração de riquezas e reduzir as desigualdades sociais daquela região, historicamente considerada como “inviável” por uma fração da oligarquia agrária regional e dos órgãos governamentais em virtude das secas. Muitas foram as medidas executadas, como o POLONORDESTE (Programa de Desenvolvimento de Áreas Integradas do Nordeste), o Projeto SERTANEJO (Programa de Apoio ao Desenvolvimento da Região Semi-Árida do Nordeste), baseados na concepção de desenvolvimento integrado e a criação de instituições estatais como a SUDENE (Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste) e a CODEVASF (Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco) no intuito de viabilizar a proposta de desenvolvimento regional baseada na ideia de pólos industriais, elaborada por François Perroux, a partir de 1950. Criado em 1949, o DNOCS (Departamento Nacional de Obras Contra as Secas) tinha como centralidade combater os efeitos das secas em todo o território nacional, mas acabaria por ter sua ação limitada à Região Nordeste, mais especificamente, à zona semi-árida, denunciando assim o poder de cooptação das oligarquias agrárias regionais.

A criação do Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste (GTDN), em 1956, no governo de Juscelino Kubitschek e coordenado por Celso Furtado, seria uma alternativa à visão distorcida em relação aos problemas econômicos e sociais vivenciados pelos sertanejos do semi-árido nordestino, pois opunha-se à ideia de “limitações climáticas”, desvelando o real foco das desigualdades existentes no seio da sociedade nordestina, principalmente àqueles que nasceram, cresceram e continuaram

no campo. Segundo as conclusões do GTDN, o atraso econômico da região estava mais vinculado à questão social do que a natural, chamando atenção para o fato de o referido atraso estar correlacionado à questão agrária. Para o GTDN o debate

sobre reforma agrária não era o suficiente, haveria, pois, que fomentar um “melhor uso para as férteis terras das bacias de irrigação dos açudes públicos”. (CARVALHO, p. 225).

O Brasil passou a vivenciar no pós-50 situações que, aparentemente distintas, colocavam em prática o projeto de modernização do território, visto que ações foram desencadeadas em pontos estratégicos do território nacional, de modo a possibilitar a interligação entre as regiões e assim favorecer a intensificação dos fluxos materiais e imateriais. Para Mesquita (1993, p. 18) “A política econômica brasileira a partir de 1950 já propiciava a expansão dos interesses dos grupos criados na Revolução Verde, cujos canais de implantação foram os programas Aliança para o progresso e Alimentos para a paz<sup>2</sup>”. A abertura dos mercados latinos americanos ao capital internacional vivenciada a partir desse momento histórico influenciou sobremodo as novas configurações espaciais, com forte pressão no campo devido às mudanças em virtude da revolução verde, com intenso domínio do capital. Com ramificações em todo o planeta, indústrias agroquímicas<sup>3</sup> como a Syngenta, Du Pont, Bayer e Monsanto, de sementes como a Cargill, Avanta, Novartis e Pioneer e de máquinas como a John Dhree controladas por grandes conglomerados passaram a ditar as regras no mercado da produção agrícola. Tais interferências não estariam limitadas apenas ao que seria produzido, mas como e para quem produzir, causando intensas transformações no *modus vivendi* dos camponeses e trabalhadores que passaram a ser submetidos a formas de produzir e de trabalhar determinadas por extrema subordinação e precarização. Na aurora desse

movimento há a construção de grandes obras como barragens, estradas, polos industriais que serviram de base para dotar determinados espaços de certas funcionalidades, de modo a transformá-los em atrativos para investimentos econômicos e pessoas.

O golpe militar de 1964 traria novas perspectivas para a política de irrigação para o Nordeste, com foco para uma agricultura destinada para atender mercados externos, postura essa bem representativa das perspectivas de desenvolvimento econômico adotado pelo governo militar. Houve um retorno ao *modus operandi* do período colonial quanto à questão agrícola e agrária, com o favorecimento pleno ao latifúndio. Após o golpe de Estado em (19)64 “passou-se a dar prioridade a uma agricultura voltada à exportação para outras regiões do país e para o exterior. Foi o período do chamado 'milagre brasileiro', quando o Governo fazia a propaganda de exportar é desenvolver”. (ANDRADE, 2005, p. 270).

Em virtude do caráter conservador da SUDENE, a irrigação pública não avançaria, pois suas ações apenas iriam reforçar os laços entre as oligarquias locais e

---

<sup>2</sup> Grifos da autora.

<sup>3</sup> Indústrias de agrotóxicos e fertilizantes químicos

regionais e o poder nacional. As propostas e iniciativas do GTDN foram desconsideradas e o governo militar retomou a perspectiva de atuação fundamentada no “ideário da seca” há muito criticado, investindo na construção de barragens e na implantação de projetos de irrigação, como forma de conter a emergência de possíveis conflitos sociais no campo.

Embora os investimentos destinados à Região Nordeste tivessem sido feitos, os resultados se apresentaram insatisfatórios porque as estruturas de poder mantinham-se intactas e faziam reproduzir as posições político-ideológicas responsáveis pelo fracasso das tentativas de minimizar problemas estruturais existentes no cerne da “questão Nordeste”. Para Ianni (1981, p. 123) “a base da questão Nordeste, como um dos seus aspectos principais, está a questão fundiária.

Praticamente toda melhor terra é monopolizada por grandes latifundiários, fazendeiros, usineiros”. Outro aspecto a ser considerado trata-se do fato de não se possível pensar somente a concentração fundiária como o único entrave para que o sertanejo possa viver dignamente do trabalho em sua propriedade, pois para o sertanejo camponês a água tem o mesmo valoramento que a terra. Portanto, quando se trata da questão agrária no sertão há necessariamente que se considerar o transbordamento dos elementos que compõem essa problemática, caso contrário, corre-se o risco de simplificar o debate que é por natureza multicomplexo. Uma das soluções encampadas pelo Estado seria a transformação do Semi-Árido em um grande “pomar” através da implantação de Perímetros Irrigados. Muitos açudes foram construídos para perenizar o fluxo dos rios, possibilitando assim, a irrigação das terras à jusante destes. Outra alternativa foi a intensificação da irrigação dos vales úmidos. Cabe destacar que alguns perímetros foram criados com o intuito de abrigar os desterritorializados por grandes empreendimentos hidrelétricos, como é o caso do Projeto Ceraíma, que recebeu os expropriados pela construção da barragem de Sobradinho. A bacia do Rio São Francisco é um exemplo, na qual foram implantados diversos projetos de irrigação como podemos verificar no quadro 1:

Quadro 1- Projetos de Irrigação no Estado da Bahia

Projeto	Área (ha)	Município	Jurisdicção
Canal do Sertão Pernambucano	Agricultura irrigada (140 mil ) e de sequeiro	Casa Nova (em fase de implantação)	CODEVASF
Baixo do Irecê	95.119	Xique-Xiquei e Itaguaçu da Bahia (em fase de implantação)	CODEVASF
Salitre	31.305	Juazeiro (em fase de implantação)	CODEVASF

Barreiras Norte	2.093	Barreiras	CODEVASF
Ceraíma	408	Ceraíma	CODEVASF
Curaçá	4.366	Curaçá	CODEVASF
Estreito	Estreito I/III: 2.099 ; Estreito IV: 5.884	Municípios de Urandi e Sebastião Laranjeiras	CODEVASF
Piloto Formoso	528	Bom Jesus da Lapa	CODEVASF
Formoso "A" e "H"	12.558	Bom Jesus da Lapa	CODEVASF
Mandacaru	419	Juazeiro	CODEVASF
Maniçoba	5.031	Juazeiro	CODEVASF
Mirorós	2.703	Ibipeba e Gentio do Ouro	CODEVASF
Nupeba/Riacho Grande	4.947	Município de Riachão das Neves	CODEVASF
São Desidério/Barreiras Sul	2.238	São Desidério	CODEVASF
Tourão	13.662	Município de Juazeiro	CODEVASF
Perímetro Irrigado do Rio Brumado	5.153	Livramento de Nossa Senhora	DNOCS
Perímetro Irrigado de Vaza-Barris	*	Canudos	DNOCS
Perímetro Irrigado de Jacurici	*	Itiuba	DNOCS

Fonte: CODEVASF/DNOCS.

Org.: DOURADO, J. A. L., set., 2010.

\* Informações não disponíveis.

Na década de 1970, verificou-se a expansão da lavoura irrigada no semi-árido, transformando os vales úmidos de rios perenes como o São Francisco e Parnaíba e rios intermitentes como Jaguaribe, Apodi-Mossoró e Rio Brumado, em grandes pomares. Parte dos municípios nos quais foram implantados projetos de irrigação acabou transformando-se em polos frutícolas, como é o caso de Juazeiro e Livramento de Nossa Senhora, respectivamente primeiro e segundo maiores produtores de manga da Bahia.

Muitos Perímetros Irrigados acabaram ao longo dos anos, sendo tomados por monoculturas para exportação e, em sua maioria, não produzem com o propósito de garantir a soberania alimentar das populações locais, em virtude de sua

inserção no mercado global, transformando-se em grandes polos exportadores de frutas tropicais.

Os investimentos na implantação dos Perímetros Irrigados, seriam o estopim para que o agronegócio da fruticultura irrigada no Nordeste encontrasse as bases para a sua expansão e consolidação, como terra, água e infraestrutura, todas disponibilizadas pelo Estado, além de mão de obra barata e abundante, inclusive parte dela, gerada a partir da expropriação da população residente nas áreas dos perímetros irrigados.

Os anos 1980 presenciaram uma nova investida do capital no Nordeste brasileiro, com a incorporação dos cerrados nordestinos à lógica da modernização da agricultura<sup>4</sup>, com a produção de soja, no oeste da Bahia, no sul do Piauí e do Maranhão, baseada no uso intensificado de insumos e máquinas (pacotes tecnológicos). Nesse mesmo período verificar-se-ia mudanças substanciais na forma de produzir da agricultura no Nordeste, tendo estas iniciado sumariamente na década de 1970, com uma maior especialização da produção agrícola, sendo estas determinadas pelo padrão de acumulação vigente que busca, por meio da destruição e/ou subordinação dos territórios camponês e indígena (FERNANDES, 2008, p. 295) expandir seus domínios através da incorporação de novas áreas.

É por isso que não podemos conceber as transformações no campo brasileiro sem considerar as conflitualidades e contradições que perpassam as relações sociais espacializadas no território. Entrementes, as rupturas e descontinuidades presentes no território são elementos fundamentais para a reflexão sobre a necessidade de questionar o modelo de desenvolvimento adotado para o campo brasileiro, e aqui especificamente, para a região do semi-árido nordestino, por assim entender que a criação dos Perímetros Irrigados são ações pontuais e, em virtude da racionalidade que perpassa a sua implantação, acabam servindo como instrumentos para fortalecer os problemas no campo, muito embora a eles seja creditada a ideia de geração de emprego, e a conseqüente distribuição de renda. A Política de Irrigação implantada na Região Nordeste não resultou em alteração na questão fundiária, mas tão somente a desapropriação por meio de indenização das terras a serem ocupadas pelos empreendimentos, de modo que as pressões sobre o acesso à terra e à água permaneceram restritos.

---

<sup>4</sup> De acordo com Mendonça (2004, p. 216) “A modernização da agricultura evidencia a reestruturação do capital industrial (máquinas, implementos agrícolas etc.) e financeiro (empréstimos) que pressionou o Estado a estabelecer políticas para assegurar a sua auto-expansão, devido aos desdobramentos das alterações no processo produtivo nos países ricos”.

### **Implantação do Perímetro Irrigado do Rio Brumado em Livramento de Nossa Senhora (BA): avanços e recuos da agricultura local**

Sob o jugo da ideia predominante da modernização conservadora do campo, Livramento de Nossa Senhora foi contemplado com a implantação do Perímetro Irrigado do Rio Brumado, projeto iniciado na segunda metade da década de 1970, mas que somente seria concluído em 1986, quando os primeiros irrigantes foram assentados. Com uma área inicial de 5.153 hectares, o projeto de irrigação foi dividido em três blocos: I (858 ha), II (1.853 ha), III (2.442 ha). Porém, apenas os blocos II e III foram implantados efetivamente. Por compreender uma área já urbanizada, o DNOCS enfrentou resistência por parte das famílias que recusaram-se a sair de suas terras, impedindo a desapropriação e divisão das terras, inviabilizando assim a implantação do bloco I.

Pelo fato de haver uma grande quantidade de famílias vivendo e trabalhando na condição de agregadas, parceiras e meeiras nas propriedades localizadas na área a ser implantado o projeto de irrigação, a execução de um empreendimento desta natureza poderia significar grandes avanços para camponeses e trabalhadores, pois o acesso a terra e a água estava restrito a umas poucas famílias<sup>5</sup> Porém as incertezas quanto aos desdobramentos da implantação do projeto de irrigação pelo DNOCS fizeram com que muitas famílias camponesas não quisessem receber os lotes, tamanho era o descrédito em relação ao sucesso do empreendimento.

Ao passo que foram disponibilizadas a infraestrutura (a terra e a água) estavam assim, assentadas as bases para que o município fosse inserido na lógica da produção de commodities, cuja fração do território modernizada passaria a atrair para si investimentos, inclusive em produtos baseados “nas formulações da ciência e na ajuda da técnica” (SANTOS, 1994, p. 73) como insumos agrícolas e máquinas, passando a existir uma forte dependência em relação à cidade. Assim, novas faces e fases surgiram, havendo desde então, o predomínio de uma racionalidade totalmente voltada para atender aos anseios do capital, frente à busca ascendente pela superação dos tempos-espaços, até então, constituintes da vida cotidiana, principalmente dos camponeses, cuja tradição com o trabalho e o labor na terra traz em si saberes-fazeres imbricados, que por sua vez, são fidedignos à sociabilidade do homem simples.

De produtor de alimentos como arroz, milho, feijão e mandioca, ou seja, da agricultura de excedente<sup>6</sup> o município passaria a importar alguns alimentos como

---

<sup>5</sup> Até a década de 1970, as famílias Tanajura, Castro e Meira eram grandes proprietárias de terras no Vale do Rio Brumado em Livramento de Nossa Senhora. Além das terras estas famílias também detinham o controle da água utilizada para a irrigação das lavouras.

<sup>6</sup> Ver Martins. Capitalismo e Tradicionalismo: estudo sobre as contradições da sociedade agrária no Brasil. São Paulo: Pioneira, 1975. 190 p.

arroz e feijão, amplamente consumidos pela população local. Pode-se creditar a decadência da lavoura de arroz em Livramento de Nossa Senhora ao processo de modernização da agricultura iniciado na região Sul do Brasil na década de (19)70. Com a mecanização da produção, tornou-se economicamente viável comprar o arroz produzido no Sul do país, ocasionando uma redução drástica das áreas cultivadas e da produção municipal, deixando centenas de famílias desempregadas.

A partir dos anos 1989/1990, consideráveis frações das áreas produtoras de grãos foram incorporadas ao agronegócio, quando ocorreram as primeiras plantações de manga no Perímetro Irrigado do Rio Brumado. Neste momento, a mangicultura vivenciou um processo intenso de expansão, levando esta a extrapolar os limites do Perímetro Irrigado. Atualmente são aproximadamente 8 mil hectares plantados, sendo que, destes, 6 mil encontram-se produzindo, o que coloca Livramento de Nossa Senhora na condição de segundo maior produtor de manga da Bahia, segundo dados da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI, 2010). Ainda segundo o IBGE (2010) em 2008 a produção de manga no município em questão foi de 90.000 toneladas.

Com base nos dados apresentados no quadro 2 podemos verificar a predominância da lavoura de manga sobre as demais culturas, o que tem interferido negativamente na produção de alimentos. Isso vem ocorrendo devido ao fato da expansão da mangicultura ocorrer justamente nas áreas que, no passado, possuíam uma tradição na lavoura irrigada por inundação desde o século XIX e onde situavam-se as principais lavouras de grãos, como arroz, feijão, milho, hortaliças e cana-de-açúcar. A decadência verificada nas lavouras de grãos praticadas no Perímetro Irrigado iniciaria já no final dos anos 1989, quando se dá o processo de substituição destas lavouras pela lavoura frutícola.

**Quadro 2: Produção Agrícola municipal (2008)**

Produto	Área plantada (ha)	Área colhida (ha)	Produção (toneladas)
Milho	1890	1890	2
Algodão herbáceo	1000	1000	1
Arroz em casca	200	200	1
Feijão em grãos	2070	2070	0
Cebola	20	20	2
Tomate	8	8	2
Coco-da-baía	170	170	4
Banana	500	500	0
			7

Cana-de-açúcar	750	750	52
Fumo	200	200	1
Mamona	600	600	6
Mandioca	2800	1300	15
Maracujá	3000	3000	45
Manga	8000	6000	90

Fonte: IBGE (2009).

Org.: DOURADO, J. A. L.

Em relação à manga produzida em Livramento de Nossa Senhora, os principais mercados consumidores são os estados das regiões Sudeste, Sul e Centro-Oeste, com destaque para São Paulo, destino da maior parte da produção local. Até 2009, havia um grupo seletivo de produtores que, além do mercado interno, exportava parte da produção para países como Estados Unidos, Holanda, Canadá, Espanha, Portugal e países árabes. Com o mercado interno aquecido e os elevados custos financeiros para conseguir colocar a fruta no mercado externo<sup>7</sup>, muitos produtores abandonaram as exportações.

Diante do complexo quadro em que se apresenta o agronegócio da manga em Livramento de Nossa Senhora, buscamos um aprimoramento teórico-conceitual para entender o fenômeno pesquisado a partir das contradições inerentes ao modo capitalista de produção do espaço e suas relações com a macroestrutura, na perspectiva da totalidade social, ou seja, “o espaço como um todo e, igualmente, a sociedade como um todo.” (SANTOS, 2008, p. 18). Há a preocupação em não buscar um modelo de sujeito para centrar as nossas análises, o que de fato não seria possível diante à heterogeneidade social dos sujeitos contemplados neste artigo.

Ainda assim, nossa preocupação é dar conta de pensar sobre as (re)configurações geográficas e espaciais (THOMAZ JÚNIOR, 2005, p. 9) a partir das transformações nas relações de trabalho no campo, visto que a fluidez da classe trabalhadora acaba impedindo que esta tenha a consciência do estado de exploração a que está submetida.

<sup>7</sup> Para exportar a produção há várias exigências a serem cumpridas pelo produtor, sendo que a principal delas é a aquisição do selo Eurep gap, que comprova que o processo produtivo segue padrões fitossanitários internacionais, como higiene da fruta, condições adequadas de trabalho para os trabalhadores, controle de pragas e infra-estrutura adequada para o tratamento pós-colheita da fruta antes de ser encaminhada ao mercado consumidor. Desde 2007 o selo Eurep gap passou a ser chamado de Global gap.

### **Agronegócio da manga e as mudanças nas relações de trabalho no campo**

Os estudos referentes à temática trabalho na Geografia tem assumido relevo na última década, embora ainda haja um amplo e fértil campo para a ampliação do debate sobre a complexidade que perpassa a discussão referente ao universo do trabalho. Segundo Thomaz Júnior (2005)

[...] por meio da Geografia do trabalho, podemos acrescentar conhecimento crítico a uma possível teoria espacial/territorial do trabalho, capaz de edificar-se elegendo o trabalho como categoria chave da compreensão da história e também o seu papel de centralidade na teoria social. (THOMAZ JÚNIOR, 2005, p. 10).

Nesse sentido, é necessário considerar alguns elementos ao propor refletir sobre o trabalho na Geografia, pois as várias faces que perpassam a reestruturação produtiva do capital não permitem enquadrar o trabalhador em um único modelo, além do que a lógica perversa do capital atua na essência do trabalhador, desqualificando e desarticulando as formas organizativas em busca de autonomia por parte do trabalhador, de modo que este esteja em uma condição de fragilidade. Isto posto, para que as reflexões sobre esse assunto permitam a compreensão da sociedade do capital e o capitalismo no século XX, há que considerar um duplo nível de existência: a relação homem × natureza e a regulação espacial. Além destas preocupações, destacamos a necessidade de buscar superar a dicotomia campo-cidade ao tratar da classe trabalhadora, por reconhecermos a sua condição de constante territorialização/desterritorialização-reterritorialização, fenômeno esse que ora acontece no campo ora na cidade e de uma maneira tão intensa que não nos permite mais classificá-los enquanto rurais e/ou urbanos. Para Thomaz Júnior (2005).

[...] não se trata de privilegiar segmentos se urbano, se rural – até porque o trabalhador assalariado rural, na grande maioria dos casos (diarista não residente ou bóia-fria, também reside nos centros urbanos, mas de abordar a amplitude (pluralidade) territorial do processo social que reserva ao trabalho já fetichizado pelos outros filtros sociais que iniciam em sua técnica do trabalho e rebatem na compreensão parcial e

estranhada da totalidade social (do ser que trabalha).  
(THOMAZ JÚNIOR, 2005, p. 9).

O exercício teórico na formulação das reflexões aqui suscitadas, no sentido de compreender a plasticidade do trabalho no agronegócio da manga, tem colocado para nós, a necessidade de considerar as múltiplas funções exercidas pelos trabalhadores da manga, pois, há momentos em que estes se transformam em moto-taxistas, serventes de pedreiro da construção civil, marceneiros, enquanto que uma pequena parcela migra para outras regiões produtoras de manga no período de entressafra e outros vão para as regiões Sudeste, Sul e Centro-Oeste trabalhar no corte de cana. Além disso, têm aqueles que trabalham como atendentes em lojas, e no caso das mulheres, como empregadas domésticas, enquanto que uns tantos outros permanecem desempregados na entressafra.

Não muito raro, há os trabalhadores parciais ou part time que se desdobram entre duas atividades, como temos exemplos de funcionários públicos contratados (professores, auxiliares de limpeza) e de jovens estudantes, que nas horas de “tempo livre”, procuram por meio do trabalho nos galpões, aumentar a renda da família.

A esse conjunto de trabalhadores incluímos os camponeses (figura 1) que esporadicamente, e de maneira mais frequente no período de safra, transformam-se em trabalhadores assalariados, vindos principalmente de povoados próximos ao Perímetro Irrigado para trabalhar nos tratamentos culturais e na colheita de manga. Diante à falta de perspectivas dos camponeses conseguirem retirar do trabalho em sua propriedade o sustento da família, estes acabam proletarizando-se durante alguns meses do ano como uma alternativa para permanecerem na terra de trabalho, caso contrário, teriam que migrar para outros lugares.



Figura 1 - Trabalhadora na lavoura de manga. Fonte: Trabalho de campo, set./2010. Autor: DOURADO, J. A. L.

Nas lavouras não há muitas diferenças entre a função desempenhada por mulheres e homens. Uma das trabalhadoras entrevista disse que “o que aparece a gente enfrenta, não tem escoia não. Se ficá escoieno não tem trabáí não<sup>8</sup>”. Ao analisar a fala da entrevistada verificamos que a incerteza quando à continuidade do trabalho acaba colocando os trabalhadores na condição de aceitar qualquer tarefa, como forma de garantir a sua permanência no trabalho e assim buscar os meios de sua reprodução. Os trabalhadores camponeses deslocam-se diariamente para os lotes em transportes disponibilizados pelos empregadores (“gatos”), havendo também trabalhadores de município vizinhos como Rio de Contas e Paramirim. Embora a maior parte dos trabalhadores da produção de manga não tenha concluído o ensino fundamental (9º ano), verificamos que alguns concluíram o ensino médio, porém pela falta de melhores oportunidades de emprego acabaram transformando-se em diaristas nas lavouras de manga.

Durante os trabalhos de campo verificamos a presença de muitos adolescentes entre 15 e 17 anos que abandonaram os estudos para trabalhar na produção de manga durante o período de safra. Em virtude das capilaridades que perpassam a

---

<sup>8</sup> Transcrição *ad litteram* retirada da gravação da entrevista com a trabalhadora.

composição da classe trabalhadora no século XXI, concordamos com Thomaz Júnior (2008a, p. 332) quando este afirma que “a classe trabalhadora hoje, sob o jugo da financeirização, da reestruturação produtiva, é mais complexa e ampliada, o que exige, de nós, recursos analíticos capazes e condizentes para compreendermos a diversidade das suas formas geográficas”. Outro agravante para os trabalhadores da lavoura de manga é a presença do empreiteiro (conhecido como “gato”), encarregado de agenciar a contratação de mão-de-obra, chegando este a recolher até 20% do valor da diária paga aos trabalhadores, referente ao pagamento pelo deslocamento destes até o local onde irão trabalhar. Segundo estimativa de um dos produtores de manga que, utiliza do empreiteiro para contratar mão-de-obra, os vencimentos provenientes deste trabalho chegam a render ao empreiteiro uma média de 2 salários mínimos, descontados já todos os gastos com o transporte dos trabalhadores. Isso revela a condição de extrema exploração a que estão submetidos os trabalhadores da lavoura de manga em Livramento de Nossa Senhora, e ainda, o caráter estranhado do trabalho abstrato (THOMAZ JÚNIOR, 2005) na sociedade capitalista.



Figura 2- Trabalhadores no galpão. Fonte: Trabalho de campo, agos./2010. Autor: DOURADO, J. A. L.

Quando ocorre da safra de manga ser estendida, como a de 2010, o trabalho nos galpões geralmente inicia no mês de maio. Nos galpões e packing houses são realizadas as etapas de pós-colheita, como seleção da fruta por tamanho,

embalagem e carregamento dos caminhões e carretas (Figura 2) a serem encaminhados aos mercados consumidores. A divisão social do trabalho nos galpões é bastante flexível, visto que homens e mulheres desempenham praticamente as mesmas funções, desde a seleção

das frutas até a separação das caixas por quantidade de frutas. A quantidade de manga nas caixas varia entre 8 a 16 frutas, dependendo da classificação. O mercado nacional tem preferência pela manga tamanho 12 ao passo que o mercado externo prioriza as mangas de tamanho 10. Como os galpões (figura 2) geralmente não dispõem das condições necessárias para exportação (câmara fria, máquinas e infra-estrutura adequada) estes atendem apenas ao mercado interno. Em virtude disso, a quantidade de trabalhadores com carteira assinadas trabalhando nos galpões é significativamente menor que nos packing houses. Isso se verifica pelo fato do registro em carteira dos

funcionários ser uma das exigências para conseguir o selo *eurep gap* que atesta que o produtor atende todas as normas de produção, permitindo-lhe comercializar sua produção no mercado externo.

O modelo excludente de desenvolvimento agrícola adotado pelo Brasil tem forçado um crescente deslocamento do trabalhador, ora do campo para a cidade ora fazendo o caminho inverso, realidade essa que tem provocado o distanciamento sindical, além de dificultar a sua organização social para reivindicar melhores condições de trabalho e de vida, além da desestruturação familiar. De acordo com Thomaz Júnior (2008, p. 329) “[...] as mutações no universo do trabalho reavivam as disputas territoriais e complexificam a própria estrutura das classes sociais”. Ainda sobre as contradições existentes no campo brasileiro, destacamos a estrutura agrária concentrada que impede o acesso à terra de trabalho por parte dos camponeses, trabalhadores rurais e urbanos, que a partir da década de 1980 tem se colocado, de uma maneira mais acentuada, contrários à estrutura de poder dominante defensora da concentração da propriedade da terra e da renda.

No tocante a Livramento de Nossa Senhora, percebe-se que, com a implantação do Perímetro Irrigado na década de 1980, há, concomitantemente, a territorialização do capital e a monopolização do território pelo capital, pois o que vem ocorrendo é um processo articulado de supressão das áreas ocupadas pelas lavouras camponesas pelo agronegócio e, em outros casos, a subordinação da produção camponesa aos interesses do capital monopolista, pois os camponeses passam a produzir manga para ser vendida aos donos de galpões e packing houses, frente à falta de condições para comercializar o seu produto diretamente com o mercado consumidor. Com a elevação do preço da terra, muitos produtores de manga, diante à sanha por ampliar suas áreas de cultivo, vêm utilizando o arrendamento de terras para conseguir aumentar o volume comercializado sem, contudo, haver a necessidade de amortizar parte do capital acumulado com compra de terras e na formação de pomares. Há casos de

produtores que controlam extensas áreas no interior do Perímetro Irrigado, chegando a 103 hectares, ocupados exclusivamente pela lavoura de manga.

### **TECENDO CONSIDERAÇÕES**

Frente ao exposto, chamamos a atenção para a dependência da população urbana das periferias de Livramento de Nossa Senhora em relação ao trabalho na produção de manga, pois esta é uma das poucas possibilidades de inserção no mercado de trabalho, em virtude da falta de outros meios de geração de renda. Não podemos negligenciar que a produção de manga assume relevo para a população urbana, principalmente dos bairros Benito Gama e Taquari, para quem essa é, talvez, a única oportunidade de buscar o sustento da família. Historicamente marginalizados, os moradores dos bairros mencionados acima são, em sua maioria, de origem rural, que buscaram na cidade melhores condições de vida e acabaram transformando-se em mão-de-obra desqualificada, barata e disponível ao agronegócio da manga. Essa realidade nos permite questionar o modelo de desenvolvimento adotado pelo Estado para a agricultura do semi-árido brasileiro, pois a implantação dos Perímetros Irrigados, em nossa opinião, favorece a concentração de renda, já que muitos deles têm sua produção voltada para a agricultura comercial.

Para nós, essa realidade é um exemplo das contradições do desenvolvimento desigual e combinado do capital, que articula formas modernas e tradicionais em seu processo de reprodução, subordinando os sujeitos no campo e na cidade. O constante redesenho societal da classe trabalhadora coloca para nós geógrafos, o desafio e o limite teórico-metodológico de compreender as clivagens da divisão técnica e territorial do

trabalho e, nesse caso específico, dos trabalhadores do agronegócio da manga, pois estes não podem ser analisados a partir de um modelo. Defendemos nesse contexto, a necessidade de pensar a produção do espaço a partir das relações entre homem x natureza e dos homens entre si, no interior da sociedade capitalista enquanto processo influenciado pelas mutações no mundo do trabalho.

Assim esperamos ter, de alguma forma contribuído, para fomentar o debate acerca das transformações ocorridas nas relações de trabalho no campo em virtude da expansão do agronegócio pelo território camponês, de modo a dar relevo para as reconfigurações espaciais em decorrência do movimento do capital na busca por manter seus padrões de acumulação.

### **REFERÊNCIAS**

- ANDRADE, M. C. de. O homem e a seca no \_ordeste. São Paulo: Hucitec, 2005. p.334.
- BAHIA. Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI). Salvador, 2010.
- CARVALHO, O. de. A economia política do Nordeste: secas, irrigação e desenvolvimento. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1988. 505 p.
- HAESBAERT. R. Des-territorialização e identidade: a rede “gaúcha” no Nordeste. Niterói: EDUFF, 1997. 293 p.
- \_\_\_\_\_. O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007a, 395 p.
- IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Contagem da População 2007. Disponível em: [www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br). Acessado em 18/09/2010.
- MARTINS, J. de S. Capitalismo e Tradicionalismo: estudo sobre as contradições da sociedade agrária no Brasil. São Paulo: Pioneira, 1975. 190 p.
- MENDONÇA, M. R. A urdidura espacial do capital e do trabalho no sudeste goiano. 2004. 457 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente.
- MESQUITA, A. H. de. A modernização da agricultura: um caso em Catalão (GO). 1993. 145 f. Dissertação (Mestrado em História das Sociedades Agrárias). Universidade Federal de Goiás, Goiânia
- OLIVEIRA, A. U. de. Modo capitalista de produção e agricultura. São Paulo: Editora Ática, 1995. 88 p.
- SANTOS, M. Espaço e método. 5ª ed. São Paulo: Edusp, 2008. 120 p.
- \_\_\_\_\_. Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico informacional. São Paulo: Editora Hucitec, 1994. 190 p.
- THOMAZ JÚNIOR, A. “Leitura” geográfica e gestão política na sociedade de classes. In: Revista Pegadas, nº 1, v. 6, jul. 2005.
- \_\_\_\_\_. Por trás dos canaviais, os “nós” da cana: a relação capital x trabalho e o movimento sindical dos trabalhadores na agroindústria canavieira paulista. São Paulo: Annablume, 2002. 388 p.
- \_\_\_\_\_. Se camponês, se operário! limites e desafios para a compreensão da classe trabalhadora no Brasil. In: Geografia e Trabalho no século XXI. Presidente Prudente: Editorial Centelha/CEGeT, v. 2, 2006. p. 130-167.

\_\_\_\_\_. Trabalho e território em disputa: algumas considerações. In: PAULINO, E. T.; FABRINI, J. E. Campesinato e territórios em disputa. São Paulo: Expressão Popular, UNESP, 2008a. p. 327-352

\_\_\_\_\_. A classe trabalhadora no Brasil e os limites da teoria – Qual o lugar do campesinato e do proletariado? In: FERNANDES, B. M. Campesinato e agronegócio na América Latina: a questão agrária atual. São Paulo: Expressão Popular, 2008b. p. 275-302.

Contato com o autor: josephdourado@yahoo.com.br, helenal@wgo.com

Recebido em: 08/08/2012

Aprovado em: 22/12/2012